

# **Mills Pesados Locação, Serviços e Logística S.A.**

Demonstrações Financeiras  
Individuais e Consolidadas  
Referentes ao Exercício Findo em  
31 de Dezembro de 2022 e  
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Diretores e Acionistas da  
Mills Pesados Locação, Serviços e Logística S.A.

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Mills Pesados Locação, Serviços e Logística S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Mills Pesados Locação, Serviços e Logística S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Responsabilidades da diretoria pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido (“DTTL”), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada “Deloitte Global”) não presta serviços a clientes. Consulte [www.deloitte.com/about](http://www.deloitte.com/about) para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a diretoria a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 6 de abril de 2023

*Deloitte Touche Tohmatsu*  
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ

*Fernando de S. Leite*  
Fernando de Souza Leite  
Contador  
CRC nº 1 PR 050422/O-3

MILLS PESADOS LOCAÇÃO, SERVIÇOS E LOGÍSTICA S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
<b>CIRCULANTE</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	6	5.947	73.448	33.772	73.460
Contas a receber de terceiros	7	9.274	6.296	27.986	6.931
Contas a receber de partes relacionadas	25.2	922	1.264	1.041	1.264
Estoques	8	7.178	4.221	10.199	4.221
IRPJ e CSLL a recuperar	9	7.611	5.883	7.661	5.883
Tributos a recuperar	9	2.769	3.317	7.657	3.326
Adiantamentos a fornecedores		251	2.967	314	2.995
Outros ativos circulantes		179	579	268	588
		<u>34.131</u>	<u>97.975</u>	<u>88.898</u>	<u>98.668</u>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
Tributos a recuperar	9	865	-	11.002	-
IRPJ e CSLL diferidos	10	75.331	79.231	76.392	79.231
Depósitos judiciais	20	1.134	1.123	1.134	1.123
		<u>77.330</u>	<u>80.354</u>	<u>88.528</u>	<u>80.354</u>
Investimento em controlada	11	179.660	5.001	-	-
Imobilizado	12	3.022	5.013	219.806	10.677
Intangível	13	11	16	2.300	2.282
		<u>182.693</u>	<u>10.030</u>	<u>222.106</u>	<u>12.959</u>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<u>294.154</u>	<u>188.359</u>	<u>399.532</u>	<u>191.981</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

MILLS PESADOS LOCAÇÃO, SERVIÇOS E LOGÍSTICA S.A.

**BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021**  
(Em milhares de reais - R\$)

PASSIVO	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
<b>CIRCULANTE</b>					
Contas a pagar a terceiros	14.1	8.248	6.560	49.694	6.825
Contas a pagar a partes relacionadas	25.2	280	826	1.154	826
Empréstimos e financiamentos	16	-	-	30.030	783
Debêntures	17	-	3.945	-	3.945
Arrendamentos a pagar	18	417	479	417	479
Salários e encargos sociais		-	639	830	695
Imposto de renda e contribuição social	19	1.394	1.322	1.699	1.396
Tributos a pagar	19	476	219	866	227
Provisão para participação nos resultados	15	-	179	-	179
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar		15	-	15	-
Outros passivos		355	421	356	421
		<u>11.185</u>	<u>14.590</u>	<u>85.061</u>	<u>15.776</u>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
Contas a pagar – aquisições de controladas	14.2	10.000	-	10.000	-
Empréstimos e financiamentos	16	-	-	29.330	206
Arrendamento a pagar	18	104	355	104	355
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	20	4.195	4.491	4.195	4.491
Outros passivos		160	320	160	319
		<u>14.459</u>	<u>5.166</u>	<u>43.789</u>	<u>5.371</u>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<u><u>25.644</u></u>	<u><u>19.756</u></u>	<u><u>128.850</u></u>	<u><u>21.147</u></u>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>					
Capital social	21.1	197.647	117.652	197.647	117.652
Reservas de capital	21.3	69.337	69.337	69.337	69.337
Reservas de lucro	21.2	1.526	180	1.526	180
Prejuízos acumulados		-	(18.566)	-	(18.566)
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores		268.510	168.603	268.510	168.603
Participação dos acionistas não controladores		-	-	2.172	2.231
Total do patrimônio líquido		<u>268.510</u>	<u>168.603</u>	<u>270.682</u>	<u>170.834</u>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<u><u>294.154</u></u>	<u><u>188.359</u></u>	<u><u>399.532</u></u>	<u><u>191.981</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

MILLS PESADOS LOCAÇÃO, SERVIÇOS E LOGÍSTICA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021

(Em milhares de reais - R\$)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receita líquida de vendas e serviços	22	47.179	43.754	74.018	45.604
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	23	<u>(25.740)</u>	<u>(32.118)</u>	<u>(45.455)</u>	<u>(32.888)</u>
Lucro bruto		<u>21.439</u>	<u>11.636</u>	<u>28.563</u>	<u>12.716</u>
Despesas com vendas, gerais e administrativas	23	(2.980)	(6.956)	(9.043)	(8.231)
Provisão para perdas de crédito esperadas	7	834	(1.283)	834	(1.283)
Resultado de equivalência patrimonial em participações societária		(939)	(263)	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		<u>7.042</u>	<u>1.050</u>	<u>7.041</u>	<u>1.050</u>
Lucro antes do resultado financeiro e impostos		<u>25.396</u>	<u>4.184</u>	<u>27.395</u>	<u>4.252</u>
Receitas financeiras	24	7.015	8.038	7.085	8.076
Despesas financeiras	24	<u>(2.501)</u>	<u>(6.541)</u>	<u>(5.384)</u>	<u>(6.656)</u>
Resultado financeiro líquido		<u>4.514</u>	<u>1.497</u>	<u>1.701</u>	<u>1.420</u>
Lucro antes dos impostos		<u>29.910</u>	<u>5.681</u>	<u>29.096</u>	<u>5.672</u>
Imposto de renda e contribuição social corrente	10	(6.109)	(2.991)	(6.414)	(3.161)
Imposto de renda e contribuição social diferido	10	<u>(3.874)</u>	<u>906</u>	<u>(2.814)</u>	<u>906</u>
Lucro líquido do exercício		<u>19.927</u>	<u>3.596</u>	<u>19.868</u>	<u>3.417</u>
Atribuível aos acionistas controladores		19.927	3.596	19.927	3.596
Atribuível aos acionistas não controladores		-	-	(59)	(179)
Lucro líquido básico e diluído por ação	21	0,13	0,02	0,13	0,02

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

MILLS PESADOS LOCAÇÃO, SERVIÇOS E LOGÍSTICA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021  
(Em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Lucro líquido do exercício	19.927	3.596	19.868	3.417
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>19.927</u>	<u>3.596</u>	<u>19.868</u>	<u>3.417</u>
Resultado abrangente total atribuído aos:				
Acionistas controladores	-	-	19.927	3.596
Acionistas não controladores	-	-	(59)	(179)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

MILLS PESADOS LOCAÇÃO, SERVIÇOS E LOGÍSTICA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021  
 (Em milhares de reais - R\$)

	Capital social subscrito	Reserva de capital Ágio	Reservas de lucros		Lucros/ (Prejuízos) Acumulados	Atribuível aos acionistas Controladores	Participação dos acionistas não Controladores	Total Consolidado
			Reserva Legal	Retenção de lucros				
Em 31 de dezembro de 2020	133.348	69.337	-	-	(21.982)	180.703	-	180.703
Redução de capital social	(15.696)	-	-	-	-	(15.696)	2.231	(13.465)
Lucro do exercício	-	-	-	-	3.596	3.596	-	3.596
Constituição de reservas	-	-	180	-	(180)	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2021	117.652	69.337	180	-	(18.566)	168.603	2.231	170.834
Aumento de capital social	79.995	-	-	-	-	79.995	-	79.995
Reversão de reserva	-	-	(180)	-	180	-	-	-
Dividendos	-	-	-	-	(15)	(15)	-	(15)
Lucro do exercício	-	-	-	-	19.927	19.927	(59)	19.868
Constituição de reservas	-	-	77	1.449	(1.526)	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2022	197.647	69.337	77	1.449	-	268.510	2.172	270.682

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

**MILLS PESADOS LOCAÇÃO, SERVIÇOS E LOGÍSTICA S.A.****DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021  
(Em milhares de reais - R\$)**

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>					
Lucro líquido do exercício		19.927	3.596	19.868	3.417
Ajustes:					
Depreciação e amortização		1.994	4.182	17.220	4.614
Imposto de renda e contribuição social diferidos		3.874	(906)	2.814	(906)
Provisão (reversão) para riscos tributários, cíveis e trabalhistas		(1.238)	(787)	(1.238)	(787)
Juros sobre arrendamentos		68	319	68	319
Valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis vendidos e baixados		553	629	962	652
Juros e variações monetárias ativas e passivas líquidas		978	555	3.146	555
Provisão para perdas de crédito esperadas		(834)	1.283	(834)	1.283
Reversão para estoques de giro lento		98	(22)	98	(22)
Provisão (reversão) para participação nos resultados		(40)	(1.002)	(38)	(1.002)
Resultado de equivalência patrimonial em participações societária		939	263	-	-
Resultado de compra vantajosa em investimentos		(8.484)	-	(8.484)	-
Outros		1.298	6	1.156	375
(Aumento) /redução dos ativos e aumento/ (redução) dos passivos:					
Contas a receber		(1.801)	9.444	(15.900)	9.019
Aquisições de bens do ativo imobilizado de locação		-	(93)	(102.739)	(93)
Estoques		(3.055)	(1.065)	(4.490)	693
Tributos a recuperar		(317)	(519)	(15.325)	(526)
Depósitos judiciais		(11)	(889)	(11)	(889)
IRPJ e CSLL a compensar		(1.728)	(483)	(1.775)	(482)
Outros ativos		3.112	794	3.000	763
Fornecedores		10.665	(4.304)	51.165	(4.461)
Fornecedores aquisições controladas		(10.000)	-	(10.000)	-
Salários e encargos sociais		(639)	(348)	(197)	(300)
Participação nos resultados		(139)	(180)	(139)	(180)
Tributos a pagar		5.888	3.115	6.446	3.275
Outros passivos		(225)	(160)	(225)	(160)
Processos judiciais liquidados		(389)	(568)	(389)	(568)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(5.560)	(2.623)	(5.639)	(2.716)
Juros pagos		(74)	(1.496)	(2.317)	(1.590)
Caixa líquido provenientes das atividades operacionais		14.861	8.741	(63.796)	10.283
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS:</b>					
Aporte de Capital em Controlada		(113.604)	-	(51.604)	-
Aquisição de controladas		(44.372)	(5.100)	(44.372)	(5.100)
Aquisição de caixa decorrente de aquisição de controlada		-	-	395	-
Aquisições de bens do ativo imobilizado bens de uso próprio e intangível		-	63	(1.238)	63
Caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de investimento		(157.976)	(5.037)	(96.819)	(5.037)
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:</b>					
Aumento/redução de capital		79.995	-	131.599	-
Captção de empréstimos		-	-	6.000	61
Amortização de empréstimos e debêntures		(3.926)	(22.275)	(16.217)	(22.512)
Arrendamentos pagos		(455)	(893)	(455)	(893)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		75.614	(23.168)	120.927	(23.344)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquido					
		(67.501)	(19.464)	(39.688)	(19.452)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício					
		73.448	92.912	73.460	92.912
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício					
		5.947	73.448	33.772	73.460
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquido					
		(67.501)	(19.464)	(39.688)	(19.452)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

## MILLS PESADOS LOCAÇÃO, SERVIÇOS E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021  
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

---

### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

Em 21 de setembro de 2022, conforme ata de Assembleia Geral Extraordinária foi aprovada a alteração da razão social da Companhia de Solaris Equipamentos e Serviços S.A. para Mills Pesados – Locação Serviços e Logística S.A.

A Mills Pesados Locação, Serviços e Logística S.A. (“Companhia” ou “Mills Pesados”), controlada direta da Mills Locação, Serviços e Logística S.A., foi constituída em 5 de dezembro de 1996, com sua sede na cidade de Osasco, Estado de São Paulo, Brasil, e tem como objetivo: (a) a comercialização, o aluguel e a distribuição de plataformas aéreas de trabalho, manipuladores telescópicos, geradores, equipamento de movimentação de terra, torre de iluminação, compressores de ar e outros equipamentos, peças de reposição e componentes; e (b) a prestação serviços de assistência técnica e manutenção.

#### 1.1. Combinação de negócios ocorridas em 2022

##### Aquisição da Triengel Locações e Serviços Ltda.

Em 13 de setembro de 2022, a Companhia conclui a aquisição, por meio de acordo de compra e venda de cotas e outras avenças, da integralidade das cotas representativas do capital social da Triengel Locações e Serviços Ltda (“Triengel”).

Fundada em 2020, por meio da união da Triex Locação de Serviços Portuários LTDA. (“Triex”) e da Hengel Locações e Serviços LTDA. (“Hengel”), duas empresas altamente experientes e consolidadas no setor de Linha Amarela (“LA”), a Triengel é especializada em locação de equipamentos de LA, além de oferecer assistência técnica com o suporte de profissionais altamente qualificados. Com uma frota composta por 245 máquinas de marcas premium com idade média de 2 anos, a Triengel é uma empresa com forte atuação no agronegócio e serviços portuários, com grandes clientes em sua carteira e contratos de longo prazo.

##### a) Contraprestação transferida

O preço de compra, em contrapartida pela aquisição das ações, é o montante total de R\$ 56.301 (cinquenta e quatro milhões, trezentos e setenta e dois mil reais), a ser pago pela Companhia, e sujeito a possível ajuste de preço, conforme a seguir:

- (i) R\$26.377 (vinte e seis milhões, trezentos e setenta e sete mil reais) foi pago à vista, na data do fechamento da operação, conforme contrato de compra e venda.
- (ii) R\$17.995 (dezessete milhões, novecentos e noventa e cinco mil) pagos pela Controladora da Companhia por conta e ordem da mesma, cinco dias úteis após a data do fechamento da operação, em ações ordinárias de emissão da Mills.
- (iii) R\$10.000 (dez milhões de reais) que foram retidos e serão liberados de forma a garantir as obrigações de indenizações e/ou qualquer montante devido. Este valor é atualizado a 100% a taxa DI acumulada entre a data do fechamento até sua liberação, que ocorrerá conforme datas e proporções previstas em contrato, em até 5 (cinco) anos.

(iv) R\$ 1.929 (um milhão e novecentos e vinte e nove mil reais) referente ajuste de preço concluído de R\$ 1.915 (um milhão e novecentos e quinze mil reais) reajustado pelo CDI.

b) Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos

Com isso, os efeitos desta aquisição afetaram o resultado consolidado das operações da Companhia a partir da data de fechamento da operação, sendo que o patrimônio líquido da Triengel foi avaliado pelo seu valor justo na aquisição, com base no laudo econômico-financeiro de alocação do preço pago, emitido por empresa de avaliação independente.

A tabela abaixo resume os valores dos ativos adquiridos e passivos assumidos da Triengel na data de aquisição:

<u>Ativo</u>	<u>Valor contábil</u>	<u>Ajustes</u>	<u>Valor justo</u>
<u>Circulante</u>			
Caixa e equivalentes de caixa	325	-	325
Contas a receber de clientes	6.346	-	6.346
Estoques	1.512	-	1.512
Adiantamentos	2	-	2
Tributos a recuperar	57	-	57
Despesas antecipadas	34	-	34
<u>Não circulante</u>			
Imobilizado	95.681	61.126	156.807
Valor dos ativos adquiridos	<u>103.957</u>	<u>61.126</u>	<u>165.083</u>
<u>Passivo</u>			
<u>Circulante</u>			
Fornecedores	37.971	-	37.971
Empréstimos e financiamentos	27.089	-	27.089
Obrigações tributárias	494	-	494
Obrigações trabalhistas	80	-	80
<u>Não circulante</u>			
Empréstimos e financiamentos	34.664	-	34.664
Valor dos passivos assumidos	<u>100.298</u>	<u>-</u>	<u>100.298</u>
Valor líquido dos ativos adquiridos	<u>3.659</u>	<u>61.126</u>	<u>64.785</u>
Distribuição do valor justo dos ativos adquiridos:			<u>100%</u>
Valor contábil dos ativos líquidos	3.659	-	3.659
Mais-valia do ativo imobilizado (i)	61.126	-	61.126
Compra vantajosa (ii)	-	-	(8.484)
Contraprestação transferida	-	-	(56.301)

- (i) O laudo de avaliação dos ativos líquidos da Triengel, emitido por empresa de avaliação independente, detalhou um ajuste a valor justo no montante de R\$61.126, relacionado à mais-valia de máquinas e equipamentos. Essa mais-valia dos ativos líquidos adquiridos deve-se a idade operacional e o valor residual dos bens. Nas demonstrações financeiras individuais, este montante está apresentado na rubrica de investimentos. Já nas demonstrações financeiras consolidadas, está apresentado como imobilizado (vide nota explicativa nº 12).
- (ii) A valorização nos preços dos ativos de locação da Linha Amarela nos últimos anos foi o principal fator que gerou a compra vantajosa. Essa valorização impactou positivamente os valores justos dos ativos conforme cálculos técnicos efetuados pelos especialistas contratados pela Companhia para a elaboração do Laudo de Alocação de Preços. Além deste valor, nesta linha está incluído o valor de R\$ 2.818, referente a ajuste do resultado do período do balanço de abertura de 13 de setembro de 2022.
- c) Mensuração do valor justo

A contabilização inicial da aquisição foi apurada no trimestre findo em 31 de setembro de 2022 com base na melhor estimativa da Companhia, considerando premissas e metodologia apropriadas para alocação do preço de compra. Essa contabilização considerou mensuração do valor justo dos ativos e passivos, efetuada por especialistas independentes contratados pela Companhia, e está sujeita a eventuais modificações decorrentes de fatos existentes na data da aquisição e que possam vir ao conhecimento da Administração durante o período de ajuste de até um ano após a data de aquisição, conforme previsto no pronunciamento contábil CPC 15 (R1).

A técnica de avaliação utilizada para mensurar o valor justo dos ativos identificáveis adquiridos foi a seguinte:

Ativos adquiridos	Método de avaliação
Ativo Imobilizado	<p>Para a conclusão do valor foi utilizada a combinação das abordagens de mercado e de custo. As dimensões e características dos ativos foram baseadas em documentos fornecidos pela Administração, bem como coletadas durante a vistoria técnica realizada por empresa de avaliação independente.</p> <p>As estimativas e cálculos apresentados são baseados em expectativas mercadológicas, bem como em condições macroeconômicas existentes na data-base do trabalho, as quais poderão ser diferentes no futuro e, conseqüentemente, impactar nos valores definidos.</p>

Desde a data da aquisição (13 de setembro de 2022), a Triengel contribuiu com receita líquida de R\$ 22.474 e lucro líquido de R\$ 1.164.

Se a aquisição tivesse ocorrido no início do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Triengel teria contribuído para Companhia com receita líquida de R\$ 49.249 prejuízo líquido de R\$ 1.945 nas demonstrações financeiras consolidadas.

## 2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

### 2.1. Base de apresentação

#### (i) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A Administração da Companhia confirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia avaliou a capacidade de continuar operando normalmente, concluindo que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade aos negócios no futuro. Não tendo conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre sua continuidade operacional.

As informações contábeis contidas nessas demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pelo Conselho de Administração em 6 de abril de 2023.

### 2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, quando aplicável, conforme descrito nas políticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das práticas contábeis exigidas. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas nas notas explicativas nº 2 e 3.

### 2.3. Base de consolidação

As demonstrações consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, compreendem as demonstrações financeiras da controladora e de suas controladas Nest e Triengel, utilizando-se a mesma data base e as mesmas práticas contábeis entre a controladora e essas controladas.

O controle é obtido quando a Companhia detém, direta ou indiretamente, a maioria dos direitos de voto ou estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida.

a) Investimentos em Companhias contabilizados pelo método da equivalência patrimonial

O investimento da Companhia em entidade contabilizado pelo método da equivalência patrimonial compreende sua participação em empresa controlada.

A seguir são apresentados os detalhes das controladas da Companhia no encerramento do exercício:

Nome da controlada	Principal atividade	Controle	Participação - %	
			31/12/2022	31/12/2021
Nest Locação e Revenda de Máquinas Ltda	Locação de Plataformas <i>Low Level</i> Access (até 6 metros de altura)	Direto	51%	51%
Triengel Locações e Serviços Ltda.	Locação de equipamentos de linha amarela	Direto	100%	-

No processo de consolidação das demonstrações financeiras são contempladas as seguintes eliminações principais, quando ocorrer:

- (i) Participações da controladora no capital, reservas e resultados acumulados das empresas consolidadas.
- (ii) Saldos de contas do ativo e do passivo mantidos entre as empresas consolidadas.
- (iii) Saldos de receitas e despesas decorrentes de transações realizadas entre empresas consolidadas a partir da data da aquisição de empresas controladas e até a data de alienação ou incorporação societária.

#### 2.4. Principais políticas contábeis

(i) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e outros afins. Incluem depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimento original de três meses ou menos, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

(ii) Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou à emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

### Ativos financeiros

Ativos financeiros são geralmente classificados como subseqüentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro

A classificação depende da finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. A receita é reconhecida com base nos juros efetivos para os instrumentos não caracterizados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

#### a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

São classificados nessa categoria os ativos mantidos para negociação. Esses ativos financeiros são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado. Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação se (i) for adquirido principalmente para ser vendido em curto prazo; ou (ii) no reconhecimento inicial é parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que a Companhia administra em conjunto e possui um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo; ou (iii) for um derivativo que não tenha sido designado como um instrumento de hedge efetivo.

#### b) Custo amortizado

Ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais

#### c) Valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda, bem como investimentos em instrumento patrimoniais não mantidos para negociação nem contraprestação contingente, que no reconhecimento inicial, a companhia elegeu de forma irrevogável por apresentar alterações subseqüentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes.

### Passivos financeiros

Um passivo financeiro é reconhecido quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento e inicialmente mensurado a valor justo. Caso não seja classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou emissão reduzem ou aumentam esse valor.

#### a) Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos e financiamentos e debêntures) são mensurados pelo valor de custo amortizado.

Quando passivos financeiros mensurados a custo amortizado tem seus termos contratuais modificados e tal modificação não for substancial, seus saldos contábeis refletirão o valor presente dos seus fluxos de caixa sob os novos termos, utilizando a taxa de juros efetiva original. A diferença entre o saldo contábil do instrumento remensurado quando da modificação não substancial dos seus termos e seu saldo contábil imediatamente anterior a tal modificação é reconhecida como ganho ou perda no resultado do exercício.

#### (iii) Contas a receber de clientes

As contas a receber são reconhecidas pelo regime de competência quando da prestação dos serviços e/ou venda para os clientes. Todas as contas a receber têm origem os serviços prestados ou as vendas de mercadorias pela Companhia.

As contas a receber de clientes são reconhecidas pelo valor justo no momento da venda e prestação de serviços, ajustado pela redução ao valor recuperável sobre as contas a receber (provisão para perdas com créditos esperadas). A provisão para perdas com créditos esperadas é constituída quando há evidência objetiva de que a Companhia não conseguirá receber o montante total de acordo com os termos originais das contas a receber.

A provisão para perdas com créditos esperadas (PCE) sobre os recebíveis comerciais, é feita por meio da matriz de provisão, onde são utilizadas as taxas de inadimplência históricas sobre o fluxo de caixa esperado do contas a receber. Foi identificado que os recebíveis comerciais da Companhia possuem características comuns de risco num mesmo segmento de negócio.

Nessa abordagem foram definidos os principais conceitos utilizados no cálculo da provisão para perdas com créditos esperadas (PCE) da Companhia:

- Definição dos agings;
- Cálculo da velocidade da rolagem em cada um dos agings (rolagem) dos últimos 6 meses;
- Cálculo do percentual da rolagem em cada um dos agings (rolagem) dos últimos 6 meses;
- O cálculo da PCE será o resultado da inadimplência média histórica dos últimos 6 meses aplicado aos saldos do contas a receber em cada um dos agings da Companhia;
- A média da inadimplência dos últimos 6 meses é ajustada mensalmente por meio da nova média móvel histórica aplicada aos novos agings;

- É considerado no cálculo todo o aging de faturas emitidas que estejam em aberto. Provisões de receita oriundas de boletins de medição em aprovação, não são consideradas no cálculo, por não se tratar ainda de faturamento efetivo;
- Os títulos vencidos acima de 360 dias e os títulos incluídos em Negociações de Dívida ou em Recuperação Judicial são considerados como 100% em PCE.

(iv) Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado pelo método de custo médio. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidos os custos de execução e as despesas de venda.

Mensalmente, é feita a apuração e a contabilização da provisão para estoques de giro lento. São considerados como passíveis de provisionamento todos os itens do estoque sem movimentação há mais de um ano.

(v) Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada de acordo com as bases legais tributárias vigentes no Brasil, na data da apresentação das demonstrações financeiras, que são 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para o imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido.

Periodicamente a Administração avalia posições tomadas em relação a questões tributárias que estão sujeitas à interpretação e reconhece provisão quando há expectativa de pagamento de imposto de renda e contribuição social conforme as bases tributárias.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras e sobre prejuízos fiscais e bases negativas. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável seja suficiente para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício findo em 31 de dezembro e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros sejam suficientes para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado. A companhia não identificou a necessidade de se registrar provisões para valores não recuperados ou reverter o saldo de impostos diferidos ativos.

(vi) Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais estão apresentados em valores atualizados monetariamente e estão apresentados no ativo não circulante (nota explicativa 20).

(vii) Imobilizado: uso próprio e locação e uso operacional

Do imobilizado de locação e uso operacional provém a maior parte das receitas da Companhia, quer via aluguel somente, ou aluguel combinado com montagem e desmontagem.

O imobilizado de uso próprio consiste principalmente nas instalações para guarda dos equipamentos, escritório, benfeitorias, mobiliário e equipamentos necessários ao funcionamento dessas instalações.

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos.

A depreciação é calculada pelo método linear, às taxas apresentadas na nota explicativa 12, que levam em consideração a estimativa de vida útil-econômica dos bens. Terrenos não são depreciados.

Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado operacional.

O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados a cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

(viii) Intangíveis

Programas de computador (*Software*)

São avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável.

Custos associados aos desenvolvimentos desses softwares são capitalizados e os referentes à manutenção são reconhecidos como despesas quando incorridos.

Os softwares possuem vida útil definida e são amortizados no prazo de dez anos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

(ix) Ágio

O ágio resultante de uma combinação de negócios é demonstrado ao custo na data da combinação do negócio, líquido da perda acumulada no valor recuperável, se houver.

O ágio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de impairment. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional, quando aplicável.

(x) Redução ao valor recuperável de ativos não circulantes

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ainda não disponíveis para uso são submetidos ao teste de redução ao valor recuperável, pelo menos, uma vez ao ano e sempre que houver qualquer indicação de que o ativo possa apresentar perda por redução ao valor recuperável.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso, sendo este último o método usado pela Companhia em seu teste de ágio reconhecível na respectiva unidade geradora de caixa. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo ao qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente (exceto para aquelas relacionadas a ágios em combinação de negócios os quais não são revertidas), ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

(xi) Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

(xii) Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão registradas pelo montante das perdas prováveis, observada a natureza de cada provisão (nota explicativa 20). A Administração, apoiada na opinião dos seus consultores jurídicos, entende que as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com processos em andamento. As provisões são mensuradas pelo valor estimado dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, com o uso de uma taxa antes do imposto que reflita as avaliações atuais do mercado para o valor do dinheiro no tempo e para os riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa no resultado.

(xiii) Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, e são, subsequentemente, demonstrados pelo valor de custo amortizado. A metodologia do cálculo para cada empréstimo segue as condições particulares de cada contrato, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As taxas e os tributos pagos para contratação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo, e também são registrados na rubrica de despesas financeiras pela taxa efetiva de juros.

A Administração controla mensalmente os saldos de cada dívida através de controles gerenciais, no qual atualiza os indicadores financeiros (taxas de juros) conforme acordado em cada contrato.

Empréstimos e financiamentos são classificados no passivo circulante exceto pelas parcelas que podem incondicionalmente ser liquidadas após 12 meses da data de encerramento das demonstrações financeiras.

(xiv) Conversão em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para reais usando-se as taxas de câmbio em vigor nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço são convertidos pela taxa cambial da data do balanço. Ganhos e perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

(xv) Capital social

O capital social da Companhia é composto de ações ordinárias e sem valor nominal.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

(xvi) Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia, quando há, é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

(xvii) Reconhecimento de receitas

A receita pela prestação de serviços é reconhecida tendo como base a medição das etapas de execução dos serviços realizados até a data-base do balanço.

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Companhia reconhece a receita de prestação de serviços e venda de mercadorias quando transfere o controle sobre os bens ou serviços ao cliente e quando é provável que venha a receber a contraprestação a qual terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos ao cliente.

São consideradas obrigações de performance as promessas de transferir ao cliente bens ou serviços (ou grupo de bens ou serviços) que sejam distintos, ou uma série de bens ou serviços distintos que sejam substancialmente os mesmos e que tenham o mesmo padrão de transferência para o cliente.

A receita de locação é reconhecida pro rata temporis no resultado mensalmente de forma linear de acordo com os contratos de locação de equipamentos, classificados como arrendamento operacional, não tendo recebimentos contingentes ou não canceláveis reconhecidos como receita durante a vigência do contrato.

A Companhia separa os componentes identificáveis de um único contrato ou de um grupo de contratos, a fim de refletir a substância de um contrato ou de um grupo de contratos, reconhecendo a receita de cada um dos elementos de forma proporcional ao seu fair value quando aplicável. Dessa forma, a receita da Companhia se divide em locação, assistência técnica, vendas, vendas de seminovos e recuperações de despesa.

A receita de juros é reconhecida em base proporcional ao tempo, levando em consideração o principal em aberto e a taxa efetiva ao longo do período até o vencimento, quando se determina que essa receita será apropriada à Companhia.

Dividendos (incluindo JCP) de investimentos é reconhecida quando o direito do acionista de receber tais dividendos é estabelecido (desde que seja provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade).

Receitas de prestação de serviços e vendas de bens são reconhecidos líquidos dos impostos sobre as vendas.

(xviii) Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados. A Companhia não tem instrumentos potencialmente conversíveis em ações com efeitos diluidores.

(xix) Combinações de negócios

As aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contraprestação transferida em uma combinação de negócios é mensurada ao valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos pelo Grupo na data de aquisição, dos passivos incorridos pelo Grupo com relação aos antigos controladores da entidade adquirida e das participações emitidas pelo Grupo em troca do controle da entidade adquirida. Os custos relacionados à aquisição são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

Na data de aquisição, os ativos adquiridos e os passivos assumidos identificáveis são reconhecidos pelo valor justo na data da aquisição, exceto por:

- Ativos ou passivos fiscais diferidos e ativos e passivos relacionados a acordos de benefícios aos empregados são reconhecidos e mensurados de acordo com a IAS 12 e IAS 19, respectivamente (equivalentes aos CPC 32 – Impostos sobre a Renda e CPC 33 (R1) – Benefícios aos empregados);
- Passivos ou instrumentos patrimoniais relacionados a acordos de pagamento baseado em ações da entidade adquirida ou acordos de pagamento baseado em ações do Grupo celebrados em substituição aos acordos de pagamento baseado em ações da entidade adquirida são mensurados de acordo com CPC 10 (R1) – Pagamentos Baseados em Ações - na data de aquisição (vide a seguir); e
- Ativos (ou grupos para alienação) classificados como mantidos para venda conforme o CPC 31 – Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda e Operações Descontinuadas, são mensurados conforme essa norma.

O ágio é mensurado como o excesso da soma da contraprestação transferida, do valor das participações de não-controladores na entidade adquirida e do valor justo da participação do adquirente anteriormente detida na entidade adquirida (se houver) sobre os valores líquidos na data de aquisição dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis. Se, após a reavaliação, os valores líquidos dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis na data de aquisição forem superiores à soma da contraprestação transferida, do valor das participações de não-controladores na entidade adquirida e do valor justo da participação do adquirente anteriormente detida na entidade adquirida (se houver), o excedente é reconhecido imediatamente no resultado como ganho de compra vantajosa.

Quando a contraprestação transferida pelo Grupo em uma combinação de negócios inclui um acordo de contraprestação contingente, a contraprestação contingente é mensurada pelo valor justo na data de aquisição e incluída na contraprestação transferida em uma combinação de negócios. As variações no valor justo da contraprestação contingente classificadas como ajustes do período de mensuração são ajustadas retroativamente, com correspondentes ajustes ao ágio. Os ajustes do período de mensuração correspondem a ajustes resultantes de informações adicionais obtidas durante o “período de mensuração” (que não poderá ser superior a um ano a partir da data de aquisição), relacionadas a fatos e circunstâncias existentes na data de aquisição.

A contabilização subsequente das variações no valor justo da contraprestação contingente não classificadas como ajustes do período de mensuração depende da forma de classificação da contraprestação contingente. A contraprestação contingente classificada como patrimônio líquido não é remensurada nas datas de relatórios subsequentes e sua correspondente liquidação é contabilizada no patrimônio líquido. Outras contraprestações contingentes são remensuradas ao valor justo nas datas de relatórios subsequentes, e as variações no valor justo são contabilizadas no resultado.

Quando uma combinação de negócios é realizada em etapas, a participação anteriormente detida pelo Grupo na entidade (incluindo operações conjuntas) adquirida é remensurada ao seu valor justo na data de aquisição e o correspondente ganho ou perda, se houver, é reconhecido no resultado. Os valores das participações na entidade adquirida antes da data de aquisição, anteriormente reconhecidos em “Outros resultados abrangentes”, são reclassificados no resultado, na medida em que tal tratamento seja adequado caso essa participação tivesse sido alienada.

Se a contabilização inicial de uma combinação de negócios estiver incompleta no encerramento do período no qual essa combinação ocorreu, o Grupo registra os valores provisórios dos itens cuja contabilização estiver incompleta. Esses valores provisórios são ajustados durante o período de mensuração (vide acima) ou os ativos e passivos adicionais são reconhecidos para refletir as novas informações obtidas relacionadas a fatos e circunstâncias existentes na data de aquisição, os quais, se conhecidos, teriam afetado os valores reconhecidos naquela data.

## 2.5. Normas vigentes em 2022

Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração da Companhia considerou, quando aplicável, os pronunciamentos técnicos, emitidos pelo CPC, respectivamente, que entraram obrigatoriamente em vigor em 1º de janeiro de 2022. A sua adoção não teve qualquer impacto material nas divulgações ou nos valores apresentados nessas demonstrações financeiras.

### CPC 15 (R1) – Referências à Estrutura Conceitual

A Companhia adotou as alterações ao CPC 15 (R1), Combinação de Negócios. As alterações atualizam o CPC 15 (R1) de modo que ela se refere à Estrutura Conceitual de 2018 em vez da Estrutura de 1989. Elas também incluem a exigência de que, para obrigações dentro do escopo do CPC 25 Provisões, Passivos e Ativos Contingentes, o comprador adota o CPC 25 par determinar se já obrigação presente na data de aquisição em virtude de eventos passados.

Para um tributo dentro do escopo do CPC 21 Tributos, o comprador adota o ICPC 21 para determinar se o evento que resultou na obrigação de pagar o tributo ocorreu até a data de aquisição.

### ALTERAÇÕES AO CPC 27 – IMOBILIZADO RECURSOS ANTES DO USO PRETENDIDO

A Companhia adotou as alterações ao CPC 27 Imobilizado. As alterações proíbem deduzir do custo de um item do imobilizado qualquer recurso proveniente da venda de itens produzidos antes do ativo estar disponível para uso, isto é, recursos para trazer o ativo ao local e na condição necessária para que seja capaz de operar de maneira pretendida pela Administração. Consequentemente, a entidade reconhece esses recursos da venda e correspondentes custos no resultado.

A entidade mensura o custo desses itens de acordo com o CPC 16 – Estoques.

As alterações esclarecem ainda o significado de ‘testar se um ativo está funcionando adequadamente’. Atualmente, o CPC 27 determina isso como avaliar se o desempenho técnico e físico do ativo é tal que o mesmo possa ser usado na produção ou fornecimento de bens ou serviços, para aluguel para terceiros, ou para fins administrativos.

Se não apresentados separadamente na demonstração do resultado abrangente, as demonstrações financeiras devem divulgar os valores dos recursos e custos incluídos no resultado correspondentes aos itens produzidos que não sejam um produto das atividades ordinárias da entidade, e cuja(s) rubrica(s) na demonstração do resultado abrangente inclua(m) esses recursos e custos.

#### Alterações ao CPC 25 Contratos Onerosos – Custo de Cumprimento do Contrato

A Companhia adotou as alterações ao CPC 25 pela primeira vez no exercício corrente. As alterações especificam que o ‘custo de cumprimento’ do contrato compreende os ‘custos diretamente relacionados ao contrato’. Os custos diretamente relacionados ao contrato compreendem os custos incrementais de cumprimento desse contrato (por exemplo, funcionários ou materiais) e a alocação de outros custos diretamente relacionados ao cumprimento de contratos (por exemplo, alocação das despesas com depreciação para um item do imobilizado usado no cumprimento do contrato).

#### Melhorias Anuais ao Ciclo de CPCs 2018-2020

A Companhia adotou pela primeira vez no exercício corrente as alterações incluídas nas Melhorias Anuais ao Ciclo de CPCs 2018–2020. As Melhorias Anuais incluem alterações em quatro normas.

##### CPC 37 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade

A alteração prevê medida adicional para uma controlada que se torna adotante inicial depois da sua controladora com relação à contabilização de diferenças acumuladas de conversão. Em virtude da alteração, a controlada que usa a isenção contida no CPC 37 pode agora optar por mensurar as diferenças acumuladas de conversão para todas as operações no exterior ao valor contábil que seria incluído nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora, com base na data de transição da controladora, se nenhum ajuste for feito com relação aos procedimentos de consolidação e efeitos da combinação de negócios na qual a controladora adquiriu a controlada. Uma opção similar está disponível para uma coligada ou joint venture que utiliza a isenção contida neste CPC.

##### CPC 48 - Instrumentos Financeiros

A alteração esclarece que ao aplicar o teste de ‘10%’ para avaliar se o passivo financeiro deve ser baixado, a entidade inclui apenas os honorários pagos ou recebidos entre a entidade (devedor) e o credor, em nome da outra parte.

### CPC 06 (R2) – Arrendamentos

A alteração exclui o conceito de reembolso de benfeitorias em imóveis de terceiros.

No Brasil, a adoção antecipada dos pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, anteriormente às respectivas datas de vigência mandatórias das IFRS, usualmente, não são aprovadas pelos reguladores que aprovam a adoção dos pronunciamentos contábeis do CPC.

Não identificamos impactos na Companhia em função das normas vigentes em 2022.

#### 2.6. Normas novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Na data de autorização destas demonstrações financeiras, a Companhia não adotou os CPCs novos e revisados a seguir, já emitidas e ainda não aplicáveis e em alguns casos, as normas ainda não foram adotadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC):

O impacto da aplicação dos CPCs novos e revisados demonstrado abaixo é apenas para fins ilustrativos. As entidades devem analisar o impacto desses CPCs novos ou revisados sobre suas demonstrações financeiras com base em fatos e circunstâncias específicas e efetuar divulgações adequadas. CPC 50 (inclui as alterações de junho de 2020 e dezembro de 2021)	Contratos de Seguros
Alterações ao CPC 36 (R3) e CPC 18 (R2)	Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou <i>Joint Venture</i>
Alterações ao CPC 26 (R1)	Classificação de Passivos como Circulante ou Não Circulante
Alterações ao CPC 26 (R1)	Divulgação de Políticas Contábeis
Alterações ao CPC 23	Definição de Estimativas Contábeis
Alterações ao CPC 32	Imposto Diferido Relacionado a Ativos e Passivos Resultantes de uma Única Transação

Não identificamos impactos na Companhia para o exercício de 2022 e no futuro.

### 3. JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício, são discutidas a seguir:

### 3.1. Impostos diferidos ativos / passivos tributáveis

Existem incertezas em relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e à época de resultados tributáveis futuros. Diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e na despesa de impostos já registradas. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das Autoridades Fiscais. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela Companhia tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Imposto diferido ativo é reconhecido pelo valor do imposto que será cobrado de acordo com o lucro recuperável no futuro. Este, corresponde às diferenças temporárias dedutíveis e aborda também a compensação futura dos prejuízos e créditos fiscais que não tiverem sido utilizados.

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido em 31 de dezembro, com base no prazo provável e no nível de lucros tributáveis futuros, considerando estratégias de planejamento fiscal futuras envolvendo reorganizações societárias e com base em plano futuro de negócios aprovados pelos órgãos de governança da Companhia que considera premissas operacionais e macroeconômicas em sua elaboração.

### 3.2. Valor justo de instrumentos financeiros ativos e passivos

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros, tais como stock option, títulos e valores mobiliários e instrumentos de hedge (esses quando aplicáveis), apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para mensurar o valor justo.

Esse julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados, como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores podem afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros. A nota explicativa 2.4 (ii) oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas na determinação do valor justo de instrumentos financeiros, bem como análise de sensibilidade dessas premissas.

### 3.3. Provisões para perdas de créditos esperadas

A Companhia reconhece provisão para perdas com créditos esperadas para todos os seus contas a receber que atendam aos critérios detalhados na nota explicativa 2.4 (iii). A avaliação da necessidade de Constituição dessa provisão inclui a análise de evidências disponíveis quanto à capacidade de pagamento dos seus clientes, inclusive de forma a permitir a classificação de alguns como preferenciais e embasar o encaminhamento de outros para cobrança jurídica. Julgamento significativo da Administração é requerido na classificação de seus clientes, na definição dos critérios aplicados e na avaliação da acurácia na mensuração da provisão a ser constituída.

#### 3.4. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (contingências)

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

#### 3.5. Vida útil dos bens do imobilizado

A Companhia revisa a vida útil estimada dos bens do imobilizado anualmente e conforme descrito na nota explicativa 12, não identificou alterações no prazo de vida útil de alguns equipamentos no exercício de 2022.

#### 3.6. Reconhecimento de receitas de prestação de serviços

As receitas de prestação de serviços são reconhecidas no resultado tendo como base a medição das etapas de execução dos serviços realizados até a data-base de apresentação das demonstrações financeiras. Essas são registradas considerando essa estimativa quando não faturadas.

As premissas contábeis significativas referentes combinação de negócios e provisão pela não rotatividade dos estoques estão descritas nestas demonstrações financeiras conforme notas explicativas 1.1 e 2.4 (iv) respectivamente.

### 4. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

#### 4.1. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros, risco de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A Companhia tem a previsão de utilizar instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco e tem como política não participar de quaisquer negociações de derivativos para fins especulativos.

A gestão de risco é realizada pela Diretoria Financeira, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração, quando for o caso. A Diretoria Financeira identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais da Companhia.

A Diretoria Financeira estabelece princípios para a gestão de risco, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

#### 4.2. Risco de mercado

##### (i) Risco cambial

A Companhia tem como política reduzir o risco de caixa relacionado a variação cambial uma vez que a grande maioria de suas operações são denominadas em Reais.

## (ii) Risco de taxa de juros e atualização monetária

O endividamento da Companhia está sujeito a taxas de juros flutuantes, especialmente Taxa CDI. Existe o risco de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures captados no mercado.

Como política de gestão, a Companhia não utiliza nenhum instrumento financeiro derivativo para mitigar sua exposição às flutuações das taxas de juros por considerar esse um risco de mercado inerente a todas as Companhias que atuam no Brasil.

A Companhia analisa sua exposição à taxa de juros de forma dinâmica. São simulados diversos cenários levando em consideração refinanciamentos, financiamentos e hedge. Com base nesses cenários, a Companhia define uma mudança razoável na taxa de juros. Os cenários são elaborados somente para passivos que representam as principais posições com juros. Abaixo, análise de sensibilidade de possíveis flutuações nas taxas de juros.

## (iii) Análise de sensibilidade

Segue o quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia, com o cenário provável segundo avaliação efetuada pela Administração, considerando um horizonte de um ano (fechamento de 31 de dezembro de 2023).

Aplicações Financeiras	Controladora		
	Indicador	Contábil	Provável
Aplicações financeiras	CDI	4.828	616
Aplicações Financeiras	Consolidado		
	Indicador	Contábil	Provável
Aplicações financeiras	CDI	19.254	2.455
Dívida	Indicador	Contábil	Provável
Empréstimos	CDI/PRE	59.360	(7.568)

A análise de sensibilidade apresentada acima considera mudanças em relação a determinado risco, mantendo constantes as demais variáveis, associadas a outros riscos.

Referências	Provável (i)
CDI ativo (%)	12,75%
CDI passivo (%)	12,75%

- (i) Como relação ao risco de juros, a Administração da Companhia considerou como premissa provável para seus instrumentos financeiros uma taxa de 12,75% a.a., informação extraída do relatório FOCUS divulgado pelo Banco Central do Brasil em 24 de março de 2023, para o exercício a findar em 31 de dezembro de 2023 considerando aumento na taxa CDI em linha com aumentos esperados da taxa Selic.

#### 4.3. Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem em suas atividades operacionais (principalmente em relação a contas a receber) e de financiamento, incluindo depósitos e aplicações em bancos e instituições financeiras.

##### (i) Contas a receber

A Companhia fatura periodicamente os valores por locações e vendas devidos por seus clientes, por prazos que variam, normalmente, de 30 a 60 dias. Dessa forma, está sujeita ao risco de inadimplência em relação ao contas a receber. Primordialmente, a carteira de crédito comercial da Companhia está concentrada em clientes nacionais. A Companhia estabelece uma provisão para redução ao valor recuperável quando entende que há risco de não recebimento dos valores devidos conforme o modelo de perda esperada definida pelo CPC 48.

A gestão do risco de crédito dos clientes é exercida pela Gerência Administrativa da Companhia, que avalia a capacidade financeira de pagamento dos clientes. Essa análise é realizada antes do efetivo acordo comercial entre as partes e, para tal, são analisados individualmente cada cliente, levando-se, principalmente, em consideração as seguintes informações: (i) dados cadastrais; (ii) informações e indicadores financeiros; (iii) classes de risco (metodologia SERASA) e (iv) pendências e protestos no Serasa.

##### (ii) Instrumentos financeiros

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia de acordo com a política por esta estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas.

A Companhia tem como prática utilizar instituições financeiras de grande porte, que estejam entre os principais bancos com maiores ativos do Brasil. A Administração não espera que nenhuma contraparte falhe em cumprir com suas obrigações.

##### (iii) Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Banco (i)	1.119	59	14.518	60
Aplicações financeiras				
Banco (i)	4.828	73.389	19.254	73.400
Total de caixa e equivalente de caixa	<u>5.947</u>	<u>73.448</u>	<u>33.772</u>	<u>73.460</u>

- (I) Principais instituições financeiras com ampla atuação no Brasil e entre os principais bancos com maiores ativos.

#### 4.4. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Diretoria Financeira monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que esta tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. As previsões mensais levam em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas contratuais e o cumprimento de metas internas conforme o plano estratégico da Companhia. Além disso, a Companhia mantém linhas de crédito com as principais instituições financeiras que atuam no Brasil.

A tabela abaixo analisa os principais passivos financeiros por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até o vencimento contratual, quando a Companhia espera realizar o pagamento.

As taxas de juros (CDI e TJLP) estimadas para os compromissos futuros refletem as taxas de mercado em cada período.

	Vencidos	Até um mês	Mais que um mês e menos que três meses	Mais que três meses e menos que um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Total Controladora
Em 31 de dezembro de 2022							
Arrendamentos a pagar – imóveis	-	41	82	371	82	-	576
Contas a pagar a terceiros	103	8.139	69	(63)	-	-	8.248
Contas a pagar – partes relacionadas	132	23	62	63	-	-	280
			Mais que um mês e menos que três meses	Mais que três meses e menos que um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Total Consolidado
Em 31 de dezembro de 2022							
Empréstimos e financiamentos	-	2.917	6.333	26.925	19.838	10.177	66.190
Arrendamentos a pagar – imóveis	-	41	82	371	82	-	576
Contas a pagar a terceiros	106	39.816	9.826	(54)	-	10.000	59.694
Contas a pagar – partes relacionadas	337	242	380	195	-	-	1.154

#### 5. GESTÃO DE CAPITAL

O objetivo de gerir a estrutura de capital desejável da Companhia está em proteger o seu patrimônio, dar continuidade ao negócio, oferecer boas condições para seus colaboradores, partes interessadas e um retorno satisfatório para os acionistas. A estratégia geral da Companhia em sua gestão de capital permanece inalterada em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Visando a manutenção ou ao ajuste da estrutura de capital, a Companhia poderá, por exemplo, conforme estatuto social, aumentar o seu capital, emitir novas ações, aprovar a emissão de debêntures e aquisição de ações de sua própria emissão.

A Companhia utiliza como principal indicador de desempenho para avaliar sua alavancagem financeira a razão entre o endividamento líquido total (dívida bancária total menos disponibilidades totais) e o Fluxo de Caixa Operacional acumulado nos últimos 12 meses da data de fechamento de 31 de dezembro.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Dívida bancária total	-	3.945	59.360	4.934
Empréstimos e Financiamentos	-	-	59.360	989
Debêntures bruta	-	3.945	-	3.945
Caixa e equivalentes de caixa	5.947	73.448	33.772	73.460
Endividamento líquido (caixa líquido positivo)	<u>(5.947)</u>	<u>(69.503)</u>	<u>25.588</u>	<u>(68.526)</u>
Patrimônio líquido	268.510	168.603	270.682	170.834
Índice de endividamento líquido (caixa líquido positivo) em relação ao Patrimônio líquido	<u>(0,02)</u>	<u>(0,41)</u>	<u>0,09</u>	<u>(0,40)</u>

A Companhia não está sujeita a nenhum requerimento externo sobre o seu capital social.

#### Linhas de créditos disponíveis

	Consolidado	
	2022	2021
Linhas de crédito bancário não asseguradas revisadas anualmente e com pagamento mediante solicitação:		
Utilizadas	-	989
Não utilizadas	10.000	-

#### 6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e bancos	1.119	59	14.518	60
Aplicações financeiras	4.828	73.389	19.254	73.400
	<u>5.947</u>	<u>73.448</u>	<u>33.772</u>	<u>73.460</u>

Os saldos registrados como caixa e equivalentes de caixa referem-se substancialmente aos depósitos e às aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Em 31 de dezembro de 2022, as aplicações financeiras referem-se a certificados de depósitos bancários CDB e cotas de fundo de investimento em renda fixa referenciados DI com liquidez diária e são remuneradas pela taxa média de 101,08% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (99,66%, em 31 de dezembro de 2021).

## 7. CONTAS A RECEBER DE TERCEIROS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Contas a receber de terceiros (bruto)	23.148	25.386	41.860	26.021
Provisões para perdas de créditos esperados (PCE)	(13.874)	(19.090)	(13.874)	(19.090)
	<u>9.274</u>	<u>6.296</u>	<u>27.986</u>	<u>6.931</u>

A análise de vencimentos do contas a receber de terceiros (bruto) está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
A vencer	6.939	4.026	25.088	4.318
Vencidos até 90 dias	1.843	1.436	2.281	1.684
Vencidos de 91 a 179 dias	114	608	239	703
Vencidos de 180 a 359 dias	467	2.493	467	2.493
Vencidos acima de 360 dias	13.785	16.823	13.785	16.823
	<u>23.148</u>	<u>25.386</u>	<u>41.860</u>	<u>26.021</u>

As movimentações, no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, na provisão para perdas de crédito esperadas de contas a receber de clientes da Companhia e suas controladas são as seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Saldo no início do exercício	(19.090)	(22.910)	(19.090)	(22.910)
Baixas	4.382	5.103	4.382	5.103
Impacto líquido de PCE no resultado	834	(1.283)	834	(1.283)
Saldo no fim do exercício	<u>(13.874)</u>	<u>(19.090)</u>	<u>(13.874)</u>	<u>(19.090)</u>

## 8. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Máquinas para revenda	339	-	500	-
Peças de reposição	10.027	7.311	12.887	7.311
Provisão para estoque de giro lento (*)	(3.188)	(3.090)	(3.188)	(3.090)
	<u>7.178</u>	<u>4.221</u>	<u>10.199</u>	<u>4.221</u>

(\*) Itens dos estoques sem movimentação há mais de um ano.

Provisão para estoques de giro lento	Consolidado
Saldos em 31/12/2021	(3.090)
Provisão	(719)
Reversão	621
Saldos em 31/12/2022	(3.188)

Os estoques de peças de reposição destinam-se, principalmente, aos equipamentos motorizados de acesso. Todos os estoques são avaliados pelo seu custo médio.

#### 9. TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Tributos a recuperar				
IRPJ e CSLL a recuperar (i)	7.611	5.883	7.661	5.883
PIS e COFINS a recuperar (ii)	1.153	2.540	16.128	2.540
ICMS a compensar (iii)	1.090	588	1.110	588
Outros	1.391	189	1.421	198
	11.245	9.200	26.320	9.209
Circulante	10.380	9.200	15.318	9.209
Não circulante	865	-	11.002	-

- (i) Refere-se ao saldo negativo de imposto de renda, oriundo do imposto de renda retido na fonte sobre o resgate de aplicações financeiras e antecipações mensais de pagamento, conforme apuração do IRPJ e CSLL, que serão atualizados mensalmente com base na SELIC e compensados com tributos federais durante o exercício de 2022.
- (ii) Os créditos de Programa de Integração Social (PIS) e de Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) referem-se, basicamente, aos montantes recuperáveis sobre aquisições de ativo imobilizado compensados à razão de 1/48 avos ao mês com as obrigações tributárias federais de PIS e COFINS não cumulativos.
- (iii) Corresponde aos créditos de Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) incidentes sobre as operações da Companhia, em decorrência da aquisição de mercadorias para revenda.

## 10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

## a) Reconciliação do benefício (despesa) do imposto de renda e da contribuição social

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e da contribuição social pela alíquota nominal e efetiva está demonstrada a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Lucro do exercício antes do imposto de renda e da contribuição Social	29.910	5.681	29.096	5.672
Alíquota nominal de imposto de renda e da contribuição social	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(10.169)	(1.932)	(9.893)	(1.928)
Provisões não dedutíveis e diferenças permanentes	(189)	(90)	665	(166)
Resultado de equivalência patrimonial	375	(63)	-	-
Total de imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	<u>(9.983)</u>	<u>(2.085)</u>	<u>(9.228)</u>	<u>(2.094)</u>
Alíquota efetiva	33%	37%	32%	37%

## b) A movimentação de IR e CS diferidos durante o exercício, sem levar em consideração a compensação dos saldos, é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
<u>Ativo</u>				
Diferenças temporárias:				
Imposto de renda	58.421	59.723	59.201	59.723
Contribuição social sobre o lucro líquido	<u>21.032</u>	<u>21.567</u>	<u>21.313</u>	<u>21.567</u>
Total	<u>79.453</u>	<u>81.290</u>	<u>80.514</u>	<u>81.290</u>
<u>Passivo</u>				
Diferenças temporárias:				
Imposto de renda	3.031	1.514	3.031	1.514
Contribuição social sobre o lucro líquido	<u>1.091</u>	<u>545</u>	<u>1.091</u>	<u>545</u>
Total	<u>4.122</u>	<u>2.059</u>	<u>4.122</u>	<u>2.059</u>
Total líquido – ativo não circulante	<u>75.331</u>	<u>79.231</u>	<u>76.392</u>	<u>79.231</u>

Descrição	Controladora			
	31/12/2022		31/12/2021	
	Base de cálculo	IRPJ + CSLL	Base de cálculo	IRPJ + CSLL
Prejuízos Fiscais	210.122	71.441	217.892	74.083
Provisão para perdas de crédito esperadas	6.828	2.322	7.664	2.606
Provisão PLR	(239)	(81)	(198)	(67)
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	8.544	2.905	4.488	1.526

Descrição	Controladora			
	31/12/2022		31/12/2021	
	Base de cálculo	IRPJ + CSLL	Base de cálculo	IRPJ + CSLL
Outras adições temporárias	3.247	1.104	5.100	1.734
Outras provisões	5.183	1.762	4.145	1.409
Outras exclusões temporárias	(12.122)	(4.122)	(6.058)	(2.060)
Total líquido – ativo não circulante	<u>221.563</u>	<u>75.331</u>	<u>233.033</u>	<u>79.231</u>

Descrição	Consolidado			
	31/12/2022		31/12/2021	
	Base de cálculo	IRPJ + CSLL	Base de cálculo	IRPJ + CSLL
Prejuízos Fiscais	213.242	72.502	217.892	74.083
Provisão para perdas de crédito esperadas	6.828	2.322	7.664	2.606
Provisão PLR	(239)	(81)	(198)	(67)
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	8.544	2.905	4.488	1.526
Outras adições temporárias	3.247	1.104	5.100	1.734
Outras provisões	5.183	1.762	4.145	1.409
Outras exclusões temporárias	(12.122)	(4.122)	(6.058)	(2.060)
Total líquido – ativo não circulante	<u>224.683</u>	<u>76.392</u>	<u>233.033</u>	<u>79.231</u>

- c) Os fundamentos e as expectativas para realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos estão apresentados a seguir:

Natureza	Fundamentos para realização
Arrendamento financeiro	Pela realização no prazo da depreciação linear dos bens
Provisão para perdas de crédito esperadas em contas a receber	Pelo ajuizamento das ações e créditos vencidos
Provisão para estoques de giro lento	Pela baixa ou venda do ativo
Provisões de participação nos resultados	Pelo pagamento
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Pela realização Fiscal da perda ou encerramento do processo
Prejuízo fiscais e base de cálculo negativa	Pela expectativa de resultados tributáveis futuros
Ágios	Pela alienação/impairment do ativo

Para a data base de 31 de dezembro de 2022 e de 2021 não ocorreram mudanças relevantes quanto às expectativas de lucratividade futura para compensação dos prejuízos fiscais e base negativa registrados e demais adições temporárias, em prazo inferior a dez anos. A Companhia elaborou a análise de recuperabilidade do ativo fiscal diferido reconhecido em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 e concluiu que existem evidências suficientes de que haverá disponibilidade de lucros tributáveis futuros para compensação dos prejuízos fiscais e base negativa registrados e demais adições temporárias, em prazo inferior a dez anos, conforme premissas utilizadas na avaliação dos testes de impairment descrito na nota explicativa 12.

Com base na estimativa de geração de resultados tributáveis futuros da Companhia, a recuperação projetada do saldo dos impostos diferidos é a seguinte:

IR e CSLL diferido ativo líquido	Consolidado
2023	1.538
2024	8.313
2025	14.018
2026	17.610
2027	22.113
2028	12.800
Total	76.392

## 11. INVESTIMENTOS

### REACH LOCAÇÕES S.A.

Em 4 de março de 2022, as Companhias, Mills e Mills Pesados, deliberaram sobre a constituição da sociedade por ações sob a denominação de Reach Locações S.A.

O capital social da Reach Locações S.A. é de R\$1.000,00 (um mil reais) dividido em 1.000 (um mil) ações ordinárias nominativas escriturais, sem valor nominal. O preço de emissão das referidas ações foi fixado em R\$1,00 (um real), nos termos do artigo 14 da Lei das Sociedades Anônimas. O capital social foi totalmente subscrito pelos acionistas da seguinte forma:

- a) Mills Pesados subscreve 01 (uma) ação ordinária nominativa, sem valor nominal; e
- b) Mills subscreve 999 (novecentas e noventa e nove) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal; e

A Reach Locações S.A. é uma empresa de capital fechado, e tem como objeto social locação, intermediação comercial e venda, com montagem ou não, de bens móveis de fabricação própria ou adquiridos de terceiros, compreendendo formas, escoramentos, andaimes, pisos, estruturas e equipamentos semelhantes, em aço, alumínio, metal, plástico e madeira, bem como suas peças, componentes, acessórios e matérias primas.

Importação e exportação dos bens acima descritos, inclusive suas peças, componentes e matérias primas; consultoria e venda de projetos de engenharia; construção de coberturas em tenda estruturada, com fechamento em lona plástica ou similar; instalações elétricas de baixa tensão; e a participação como acionista ou quotista, em outras companhias ou sociedades. A Companhia tem sua sede e foro na Cidade de Cotia, Estado de São Paulo.

Nest locação e revenda de máquinas Ltda.

A Nest é uma sociedade limitada, controlada pela Mills Pesados, avaliada pelo método da equivalência patrimonial, e tendo como objeto social o comércio de máquinas e equipamentos para uso doméstico e profissional; locação de máquinas e equipamentos para uso doméstico e profissional; manutenção de máquinas e equipamentos; e treinamento e desenvolvimento profissional, em manutenção de máquinas e equipamentos próprios.

Informações da controlada	Nest 31/12/2022
Participação Mills Pesados - %	51%
Ativo circulante	4.128
Ativo não circulante	6.716
Passivo circulante	1.298
Passivo não circulante	5.113
Patrimônio líquido	4.433
Receitas líquidas	4.365
Custos e despesas	(4.485)
Resultado antes dos impostos	(120)
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	-
Resultado do exercício	(120)
Movimento dos investimentos em controladas	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2021	5.001
Ágio (goodwill)	26
Amortização e depreciação de mais valia de imobilizado e intangível	(115)
Imposto de renda e contribuição social diferidos líquido sobre mais valia	65
Resultado do exercício	(61)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	4.916

Triengel locações e serviços Ltda.

Informações da controlada	Triengel 31/12/2022
Participação Mills Pesados - %	100%
Ativo circulante	50.639
Ativo não circulante	161.765
Passivo circulante	72.577
Passivo não circulante	24.218
Patrimônio líquido	115.609

Informações da controlada	Triengel 31/12/2022
Receitas líquidas	22.474
Custos e despesas	(22.065)
Resultado antes dos impostos	409
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	755
Resultado do período desde a data de aquisição	1.164
 Movimento dos investimentos em controladas	 Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-
Aquisição de participação de controle em controlada	3.660
Aportes de capital	113.604
Mais valia de imobilizado e intangível	61.126
Amortização e depreciação de mais valia de imobilizado e intangível	(1.992)
Ajuste compra vantajosa	(2.818)
Resultado do período desde a data de aquisição	1.164
Saldo em 31 de dezembro de 2022	174.744

## 12. IMOBILIZADO

	Equipamentos de locação e uso operacional	Equipamentos de locação a imobilizar	Total equipamentos de locação e uso operacional	Benfeitorias em propriedade de terceiros	Computadores e periféricos	Veículos	Instalação	Móveis e utensílios	Direito de uso Imóveis	Direito de uso Veículos	Total de bens de uso próprio	Total Controladora
<b>Custo do imobilizado bruto</b>												
Saldos em 31 de dezembro de 2020	95.134	112	95.246	1.281	581	438	5	178	7.669	2.218	12.370	107.616
Aquisição	155	-	155	-	-	-	-	4	-	-	4	159
Direito de uso	-	-	-	-	-	-	-	-	1.138	-	1.138	1.138
Baixa/alienação	(67.666)	-	(67.666)	(1.088)	(495)	(27)	(4)	(51)	-	-	(1.665)	(69.331)
Transferência	-	(112)	(112)	-	-	-	-	112	-	-	112	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	27.623	-	27.623	193	86	411	1	243	8.807	2.218	11.959	39.582
Aquisição	771	-	771	-	-	-	-	-	-	-	-	771
Direito de uso	-	-	-	-	-	-	-	-	67	-	67	67
Baixa/alienação	(4.480)	-	(4.480)	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.480)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	23.914	-	23.914	193	86	411	1	243	8.874	2.218	12.026	35.940
	Equipamentos de locação e uso operacional	Equipamentos de locação a imobilizar	Total equipamentos de locação e uso operacional	Benfeitorias em Propriedade de terceiros	Computadores e periféricos	Veículos	Instalação	Móveis Utensílios	Direito de uso Imóveis	Direito de uso Veículos	Total de bens de uso próprio	Total Controladora
Saldos em 31 de dezembro de 2020	(73.663)	-	(73.663)	(1.033)	(338)	(432)	(1)	(110)	(6.840)	(2.217)	(10.971)	(84.634)
Depreciação	(3.199)	-	(3.199)	(35)	(1)	(6)	-	(17)	(1.189)	-	(1.248)	(4.447)
Baixa/alienação	53.318	-	53.318	902	253	27	1	11	-	-	1.194	54.512
Saldos em 31 de dezembro de 2021	(23.544)	-	(23.544)	(166)	(86)	(411)	-	(116)	(8.029)	(2.217)	(11.025)	(34.569)
Depreciação	(1.856)	-	(1.856)	(2)	(1)	(1)	-	(16)	(374)	-	(394)	(2.250)
Baixa/alienação	3.901	-	3.901	-	-	-	-	-	-	-	-	3.901
Saldos em 31 de dezembro de 2022	(21.499)	-	(21.499)	(168)	(87)	(412)	-	(132)	(8.403)	(2.217)	(11.419)	(32.918)
Taxas anuais de depreciação - %	10	-	-	-	20	20	10	10	-	-	-	-
<b>Resumo imobilizado líquido</b>												
Saldo em 31 de dezembro de 2021	4.079	-	4.079	27	-	-	1	127	778	1	934	5.013
Saldo em 31 de dezembro de 2022	2.415	-	2.415	25	(1)	(1)	1	111	471	1	607	3.022

	Equipamentos de locação e uso operacional	Equipamentos de locação a imobilizar	Total equipamentos de locação e uso operacional	Benefícios em propriedade de terceiros	Computadores e periféricos	Veículos	Instalação	Móveis e utensílios	Direito de uso Imóveis	Direito de uso Veículos	Obras em andamento	Total de bens de uso próprio	Total Consolidado
<b>Custo do imobilizado bruto</b>													
Saldos em 31 de dezembro de 2020	95.134	112	95.246	1.281	581	438	5	178	7.669	2.218	-	12.370	107.616
Aquisição	3.327	-	3.327	-	5	-	-	12	-	-	29	46	3.373
Direito de uso	-	-	-	-	-	-	-	-	1.138	90	-	1.228	1.228
Mais-valia do ativo imobilizado - Nest	485	-	485	-	-	-	-	-	-	-	-	-	485
Baixa/alienação	(67.885)	-	(67.885)	(1.088)	(495)	(27)	(24)	(51)	-	-	-	(1.685)	(69.570)
Adição por aquisição de controlada - Nest	2.897	-	2.897	-	9	-	31	2	-	-	-	42	2.939
Transferência	-	(112)	(112)	-	-	-	-	112	-	-	-	112	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	33.958	-	33.958	193	100	411	12	253	8.807	2.308	29	12.113	46.071
Aquisição	106.974	-	106.974	-	228	1.170	15	101	-	-	-	1.514	108.488
Saldo inicial aquisição da Triengel	97.247	-	97.247	-	65	1.541	-	2.075	-	-	-	3.681	100.928
Mais-valia do ativo Nest	61	-	61	-	-	-	-	-	-	-	-	-	61
Mais-valia do ativo Triengel	61.126	-	61.126	-	-	-	-	-	-	-	-	-	61.126
Direito de uso	-	-	-	-	-	-	-	-	67	-	-	67	67
Baixa/alienação	(5.003)	-	(5.003)	-	-	-	-	(1)	-	-	(29)	(30)	(5.033)
Ajuste para crédito Pis e Cofins	(6)	-	(6)	-	-	(166)	-	(115)	-	-	-	(281)	(287)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	294.357	-	294.357	193	393	2.956	27	2.313	8.874	2.308	-	17.064	311.421

Mills Pesados Locação, Serviços e Logística S.A.

	Equipamentos de locação e uso operacional	Equipamentos de locação a imobilizar	Total equipamentos de locação e uso operacional	Benfeitorias em propriedade de terceiros	Computadores e periféricos	Veículos	Instalação	Móveis Utensílios	Direito de uso Imóveis	Direito de uso Veículos	Obras em andamento	Total de bens de uso próprio	Total Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2020	(73.663)	-	(73.663)	(1.033)	(338)	(432)	(1)	(110)	(6.840)	(2.217)	-	(10.971)	(84.634)
Depreciação	(3.556)	-	(3.556)	(36)	(4)	(6)	(2)	(17)	(1.189)	(9)	-	(1.263)	(4.819)
Baixa/alienação	53.359	-	53.359	902	252	28	7	11	-	-	-	1.200	54.559
Mais-valia do ativo imobilizado -Nest	(72)	-	(72)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(72)
Adição por aquisição de controlada - Nest	(417)	-	(417)	-	(4)	-	(7)	-	-	-	-	(11)	(428)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	<u>(24.349)</u>	<u>-</u>	<u>(24.349)</u>	<u>(167)</u>	<u>(94)</u>	<u>(410)</u>	<u>(3)</u>	<u>(116)</u>	<u>(8.029)</u>	<u>(2.226)</u>	<u>-</u>	<u>(11.045)</u>	<u>(35.394)</u>
Depreciação oriunda da Triengel	(40.300)	-	(40.300)	-	(10)	(687)	-	(767)	-	-	-	(1.464)	(41.764)
Mais-valia do ativo imobilizado	(108)	-	(108)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(108)
Depreciação	(15.539)	-	(15.539)	(2)	(23)	(218)	(2)	(160)	(374)	-	-	(779)	(16.318)
Baixa/alienação	3.961	-	3.961	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.961
Ajuste crédito Pis e Cofins	(1.992)	-	(1.992)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.992)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	<u>(78.327)</u>	<u>-</u>	<u>(78.327)</u>	<u>(169)</u>	<u>(127)</u>	<u>(1.315)</u>	<u>(5)</u>	<u>(1.043)</u>	<u>(8.403)</u>	<u>(2.226)</u>	<u>-</u>	<u>(13.288)</u>	<u>(91.615)</u>
Taxas anuais de depreciação - %	10	-	-	-	20	20	10	10	-	-	-	-	-
Resumo imobilizado líquido													
Saldo em 31 de dezembro de 2021	9.609	-	9.609	26	6	1	9	137	778	82	29	1.068	10.677
Saldo em 31 de dezembro de 2022	216.030	-	216.030	24	266	1.641	22	1.270	471	82	-	3.776	219.806

Informações adicionais sobre o ativo imobilizado

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia possui bens no montante líquido consolidado de R\$ 90.754 (R\$18.716 em 31 de dezembro de 2021), cedidos em garantia nas operações de financiamentos da compra do próprio ativo. A depreciação no exercício, alocada ao custo de serviços prestados e às despesas gerais administrativas, no montante em 31 de dezembro de 2022 de R\$ 14.408 e R\$ 2.811 (31 de dezembro de 2021 de R\$ 3.515 e R\$ 1.099), respectivamente. A Companhia não possui bens cedidos nem arrolados em defesa de processos judiciais.

Não houve modificação na estimativa de vida útil remanescente dos itens do imobilizado e, portanto, não houve alteração na taxa de depreciação para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 quando comparado com 31 de dezembro de 2021.

Considerando o desempenho operacional positivo no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e a não identificação de fatores de obsolescência tecnológica de seu imobilizado, a Administração não identificou indicadores de “impairment” a luz do CPC 01.

Por consequência, a Companhia não precisou estender suas análises internas visando avaliar a recuperação de seu imobilizado usando referências de mercado ou modelos financeiros de valor em uso para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

## 13. INTANGÍVEL

	<u>Software</u>	<u>Marcas e patentes</u>	<u>Controladora</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2020	308	8	316
Alienação	(246)	-	(246)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	<u>62</u>	<u>8</u>	<u>70</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2022	<u>62</u>	<u>8</u>	<u>70</u>
<u>Amortização acumulada</u>			
Saldos em 31 de dezembro de 2020	(145)	-	(145)
Amortização	(5)	-	(5)
Alienação	96	-	96
Saldos em 31 de dezembro de 2021	<u>(54)</u>	<u>-</u>	<u>(54)</u>
Amortização	(5)	-	(5)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	<u>(59)</u>	<u>-</u>	<u>(59)</u>
Taxas anuais de amortização - %	20	-	-
<u>Resumo intangível líquido</u>			
Saldos em 31 de dezembro de 2021	<u>8</u>	<u>8</u>	<u>16</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2022	<u>3</u>	<u>8</u>	<u>11</u>

	Software	Patentes	Carteira de Clientes	Ágio de investimentos	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2020	308	8	-	-	316
Aquisição	-	-	-	-	-
Ágio por aquisição de controlada Nest	-	-	-	2.196	2.196
Mais-valia do intangível por aquisição de controlada – Nest	-	-	75	-	75
Alienação	(246)	-	-	-	(246)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	<u>62</u>	<u>8</u>	<u>75</u>	<u>2.196</u>	<u>2.341</u>
Agio do ativo Intangível	-	-	-	26	26
Mais-valia do ativo Intangível	-	-	3	-	3
Saldos em 31 de dezembro de 2022	<u>62</u>	<u>8</u>	<u>78</u>	<u>2.222</u>	<u>2.370</u>
<u>Amortização acumulada</u>					
Saldos em 31 de dezembro de 2020	(145)	-	-	-	(145)
Amortização	(5)	-	-	-	(5)
Alienação	96	-	-	-	96
Mais valia do intangível por aquisição de controlada - Nest	-	-	(5)	-	(5)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	<u>(54)</u>	<u>-</u>	<u>(5)</u>	<u>-</u>	<u>(59)</u>
Mais-valia do ativo Intangível	-	-	(7)	-	(7)
Amortização	(4)	-	-	-	(4)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	<u>(58)</u>	<u>-</u>	<u>(12)</u>	<u>-</u>	<u>(70)</u>
Taxas anuais de amortização - %	20	-	10	-	-
<u>Resumo intangível líquido</u>					
Saldos em 31 de dezembro de 2021	<u>8</u>	<u>8</u>	<u>70</u>	<u>2.196</u>	<u>2.282</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2022	<u>4</u>	<u>8</u>	<u>66</u>	<u>2.222</u>	<u>2.300</u>

Nas demonstrações financeiras consolidadas, o ágio oriundo da expectativa de rentabilidade futura é classificado no intangível, ao passo que na controladora é classificado como investimentos.

## 14. CONTAS A PAGAR

### 14.1. CONTAS A PAGAR A TERCEIROS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Fornecedores nacionais – Terceiros	4.082	4.680	45.528	4.945
Fornecedores estrangeiros – Terceiros	4.166	1.880	4.166	1.880
	<u>8.248</u>	<u>6.560</u>	<u>49.694</u>	<u>6.825</u>

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, os saldos das contas de fornecedores referem-se, basicamente, a compras de curto prazo de peças de reposição e suprimentos, serviços e bens do ativo imobilizado.

## 14.2. CONTAS A PAGAR COM AQUISIÇÃO DE CONTROLADAS

Valor referente a parcelas a vencer do investimento Triengel retidas devido a cláusula contratual, conforme mencionado na nota explicativa 1.1.

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Contas a pagar aquisições de controladas	10.000	-	10.000	-
	<u>10.000</u>	<u>-</u>	<u>10.000</u>	<u>-</u>

## 15. PROVISÃO PARA PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS

A provisão para participação nos resultados é constituída de acordo com o regime de competência, sendo contabilizada como despesa. A determinação do montante, que é pago no ano seguinte ao registro da provisão, é feita nos termos do Acordo de Participação nos Lucros e Resultados negociados anualmente com o sindicato da categoria, de acordo com a Lei nº 10.101/00, alterada pela Lei nº 12.832/13.

O Programa de Participação Resultados de 2022 é baseado no atingimento do EBITDA ajustado, metas corporativas. Todos os colaboradores das controladas e da controladora com pelo menos 90 dias trabalhados em 2022 são elegíveis.

Em 31 de dezembro de 2022 todos os colaboradores registrados na Mills Pesados Locação, Serviços e Logística S.A. foram transferidos para Mills Locação, Serviços e Logística S.A., portanto não há saldo de provisão no passivo. O pagamento ocorrerá pela controladora da Companhia em 2023 e a partir do exercício de 2023, ocorrerá rateio das despesas de *backoffice* entre as Companhias.

## 16. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os empréstimos e financiamentos existentes em 31 de dezembro de 2022 foram usados para financiamento da ampliação dos investimentos da Companhia e capital de giro, sendo indexados a Certificados de Depósitos Interbancários (CDI).

Os empréstimos e financiamentos existentes em 31 de dezembro de 2022 foram contratados com um custo médio de CDI + 2,23% a.a.

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Circulante	-	-	30.030	783
Não circulante	-	-	29.330	206
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>59.360</u>	<u>989</u>

As instituições financeiras com as quais a Companhia mantém empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2022 são:

Controladas	Instituições financeiras
Nest	Banco de Lage Landen Brasil
Nest e Triengel	Banco Itaú
Nest	Banco do Brasil
Nest e Triengel	Banco Bradesco
Triengel	Caterpillar
Triengel	Volvo
Triengel	Volkswagen

Segue abaixo a composição das respectivas garantias contratadas em aberto nas datas para esses empréstimos e financiamentos em aberto em 31 de dezembro de 2022 e de dezembro de 2021:

	Controlada		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Garantias concedidas:				
Alienação fiduciária	-	-	55.214	1.147

As parcelas a vencer ao final do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 estão demonstradas abaixo:

	Controladora	Consolidado
2023	-	30.030
2024	-	19.582
2025	-	6.522
2026	-	1.976
2027	-	1.250
	-	59.360

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a Companhia cumpriu as cláusulas não financeiras restritivas de seus contratos de empréstimos e financiamentos. Os contratos de empréstimos não possuem cláusulas financeiras.

## 17. DEBÊNTURES

Descrição	Série	Valor emitido	Início	Vencimento	Encargos financeiros	Controladora		Consolidado	
						31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
1ª emissão – Mills Pesados	Única	80.000	Mar/14	Fev/22	CDI + 5%	-	3.945	-	3.945

Em 20 de março de 2014, a controlada Mills Pesados aprovou a sua primeira emissão debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas, em série única da espécie quirografária no montante de R\$80.000, valor nominal unitário de R\$10 no total de 8.000 unidades emitidas. As debêntures têm vencimento final em 20 de março de 2019 e remuneração de fator DI mais 2,4% a.a. de “spread”, com pagamentos mensais de juros e amortização em 49 parcelas mensais e contínuas, sendo o primeiro vencimento em 20 de março de 2015.

Em 17 de abril de 2020, por meio de Assembleia Geral de Debenturistas, foi deliberado autorizar a celebração de aditamento ao “Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Real, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Mills Pesados Equipamentos e Serviços S.A.”, de 19 de março de 2014, conforme aditado entre a Companhia, na qualidade de emissora das Debêntures, e o Agente Fiduciário, representando a comunhão dos Debenturistas, a fim, principalmente, de incluir carência de 12 meses para pagamento do principal a partir de abril de 2020, com vencimento em 20 de fevereiro de 2022, estabelecendo também nova sobretaxa de remuneração de 5%.

Em 22 de fevereiro de 2022, foi efetuado o pagamento da última parcela, no montante de R\$ 1.988.

## 18. ARRENDAMENTOS

A movimentação do direito de uso e passivo de arrendamento, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foi a seguinte:

### a) Movimentação do direito de uso – Ativo

<u>Direito de uso</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
<u>Imóveis</u>				
Saldo inicial	780	829	780	829
Remensuração	66	(407)	66	(407)
Atualização de contratos	-	1.029	-	1.029
Baixas	-	110	-	110
Depreciação acumulada	(375)	(781)	(375)	(781)
Imobilizado líquido	<u>471</u>	<u>780</u>	<u>471</u>	<u>780</u>

### b) Movimentação do arrendamento – Passivo

<u>Passivo de arrendamento</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
<u>Imóveis</u>				
Adoção inicial	834	715	834	715
Remensuração	-	(407)	-	(407)
Atualização de contratos	65	1.029	65	1.029
Baixas	-	53	-	53
Pagamentos	(455)	(895)	(455)	(895)
Encargos financeiros	77	339	77	339
Arrendamentos a pagar	<u>521</u>	<u>834</u>	<u>521</u>	<u>834</u>
Circulante	417	479	417	479
Não circulante	104	355	104	355

## c) Fluxos contratuais por prazos e taxas de desconto

O cálculo das taxas de desconto foi realizado, com base na taxa básica de juros nominal prontamente observável, ajustada pelo risco de crédito da Companhia, aos prazos dos contratos de arrendamento. A tabela abaixo evidencia o saldo remanescente a pagar proporcional ao prazo fim do contrato.

Prazos de contrato	Imóveis
2023	86%
2024	14%

A Companhia apresenta no quadro abaixo a análise do vencimento dos passivos de arrendamento comparando as projeções com base nos fluxos nominais e reais em 31 de dezembro de 2022:

Prazos de pagamento	Controladora / Consolidado
	Imóveis
2023	495
2024	82
	577

A Companhia possui o direito potencial de PIS/COFINS a recuperar embutido na contraprestação dos arrendamentos de natureza de imóveis e veículos, sendo os potenciais efeitos de PIS/COFINS apresentados no quadro a seguir:

	Alíquota	Controladora/Consolidado	
		Nominal	Valor presente
Contraprestação		577	521
PIS/COFINS potencial	9,25%	53	48

## 19. TRIBUTOS E IRPJ/CSLL A PAGAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
PIS e COFINS	298	142	650	142
IRPJ/CSLL	1.394	1.322	1.699	1.396
Outros tributos a recolher	178	77	216	85
	<u>1.870</u>	<u>1.541</u>	<u>2.565</u>	<u>1.623</u>
Circulante	1.870	1.541	2.565	1.623

## 20. PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS, TRABALHISTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
<u>Provisões</u>				
Tributários	529	337	529	337
Cível	542	320	542	320
Trabalhistas (a)	3.124	3.834	3.124	3.834
	<u>4.195</u>	<u>4.491</u>	<u>4.195</u>	<u>4.491</u>

- (a) Referem-se, basicamente, a ações ingressadas por ex-funcionários relativas a pagamento de direitos trabalhistas (verbas rescisórias, desvio de função, horas extras, multa de FGTS e adicionais de periculosidade e insalubridade), equiparação salarial, danos morais e materiais, indenizações e responsabilidade subsidiária, assim como a recolhimentos por impacto das diferenças de acordos coletivos.

Movimentação durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Saldo em 1º de janeiro	4.491	5.277	4.491	5.277
Constituições	3.111	3.027	3.111	3.027
Atualização monetária	943	-	943	
Reversões/baixas	(4.350)	(3.813)	(4.350)	(3.813)
Saldo no final do exercício	<u>4.195</u>	<u>4.491</u>	<u>4.195</u>	<u>4.491</u>

Processos com classificação de perda possível

Os processos considerados como perda possível pela Administração da Companhia e de sua controlada, consubstanciados pelos assessores jurídicos internos e externos, não são provisionados nas demonstrações financeiras e têm a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Trabalhistas (a)	922	435	922	435
Fiscais (b)	18.619	19.416	18.619	19.416
Cíveis	2.787	2.349	2.787	2.349
	<u>22.328</u>	<u>22.200</u>	<u>22.328</u>	<u>22.200</u>

- (a) Referem-se, basicamente, a outras ações trabalhistas propostas por aviso prévio, 13º salário, férias, adicionais de periculosidade e insalubridade, FGTS, reintegração, indenização por danos materiais, morais e estéticos e anotação da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS.

- (b) Em setembro de 2016, a ex-controlada Sullair recebeu Auto de Infração de ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços lavrado no montante aproximado de R\$ 59 milhões de principal que perfaz um total de cerca de R\$ 200 milhões acrescido de multa e juros. Resumidamente, esta autuação questiona o recolhimento do imposto ICMS principalmente sobre a movimentação de ativos de locação durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2013. Após defesa administrativa, o valor possível de perda foi reduzido para R\$ 4 milhões e o restante classificado como perda remota, pois houve o reconhecimento de que a maioria dos ativos constantes do Auto de Infração eram de locação e não para estoques e que não há incidência de ICMS na operação. Os demais processos se referem, basicamente, a execução de créditos tributários referentes a dívida ativa, compensações de INSS sobre verbas de natureza indenizatórias e a embargos opostos à execução fiscal, ajuizada pela União, para a cobrança de diferenças de COFINS e de créditos tributários decorrentes do aumento da alíquota de 1% para 3% da COFINS.

Em 31 de dezembro de 2022 existem depósitos judiciais registrados no ativo não circulante nos montantes de R\$1.134, (R\$1.123 em 2021, controladora e consolidado), os quais estão vinculados às provisões constituídas e que apresentavam a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
<u>Depósitos judiciais</u>				
Trabalhistas	978	967	978	967
Tributários	45	45	45	45
Cíveis	111	111	111	111
	<u>1.134</u>	<u>1.123</u>	<u>1.134</u>	<u>1.123</u>

## 21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### 21.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o capital social subscrito e integralizado está apresentado conforme quadro abaixo:

	31/12/2022			31/12/2021		
	Capital social	Quantidade de ações (em milhares)	%	Capital social	Quantidade de ações (em milhares)	%
Acionistas						
Mills Locação, Serviços e Logística S.A.	197.646	154.345	99,99	117.651	154.345	99,99
Sérgio Kariya	<u>1</u>	<u>1</u>	<u>0,01</u>	<u>1</u>	<u>1</u>	<u>0,01</u>
Total	<u>197.647</u>	<u>154.346</u>	<u>100</u>	<u>117.652</u>	<u>154.346</u>	<u>100</u>

### 21.2. Retenção de lucros

#### I. Reserva legal

Quando apurado lucro ao final do exercício findo em 31 de dezembro, a reserva legal é constituída com destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentou reserva legal somando o montante de R\$ 77.

## II. Retenção de lucros

Retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido em seu plano de investimentos, conforme orçamento de capital proposto pelos administradores da Companhia, a ser deliberado em Assembleia Geral em observância ao artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia constituiu reserva de lucro somando o montante de R\$1.449.

### 21.3. Reserva de capital - ágio

Em 19 de junho de 2014, a Companhia realizou a incorporação reversa da sua então controladora SCG IIIA, que resultou no registro de impostos diferidos ativos, no montante de R\$ 69.337 sobre os ágios apurados, naquela data. Por tratar-se de uma transação decorrente da incorporação de controladora com os acionistas existentes naquela data, em contrapartida ao registro do imposto de renda diferido, foi registrada reserva de capital no patrimônio líquido, sem alteração nos saldos registrados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021.

### 21.4. Lucro básico e diluído por ação

Em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 41 - Resultado por Ação, a tabela a seguir reconcilia o lucro líquido aos montantes usados para calcular o lucro líquido básico e diluído por ação:

	Controladora	
	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	19.927	3.596
Quantidade de ações ordinárias em circulação	154.346	154.346
Lucro básico e diluído por ação – R\$	0,13	0,02
	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	19.868	3.417
Quantidade de ações ordinárias em circulação	154.346	154.346
Lucro básico e diluído por ação – R\$	0,13	0,02

### 21.5. Dividendos

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia constituiu dividendos mínimos obrigatórios no valor de R\$ 15.

## 22. RECEITA LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Locação	33.500	32.845	61.014	34.155
Vendas de novos	26.439	9.894	26.439	9.894
Venda de seminovos	482	10.876	2.054	11.527
Venda de seminovos (outros)	7	71	7	71
Assistência técnica	983	870	1.548	874
Recuperação de Despesas	195	458	238	485
Total receita bruta	<u>61.606</u>	<u>55.014</u>	<u>91.300</u>	<u>57.006</u>
Impostos sobre vendas e serviços	(8.417)	(7.823)	(11.185)	(7.932)
Cancelamentos e descontos	(6.010)	(3.437)	(6.097)	(3.470)
	<u>47.179</u>	<u>43.754</u>	<u>74.018</u>	<u>45.604</u>

## 23. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

Os custos dos produtos vendidos e de serviços prestados (CPV), referem-se principalmente a gastos com:

- (i) Pessoal para supervisão das obras, assistência técnica, montagem, movimentação, manutenção de equipamentos e projetistas;
- (ii) Fretes de transporte de equipamentos, quando de responsabilidade da Companhia e de transferência de equipamentos;
- (iii) Aluguel de equipamentos de terceiros;
- (iv) Gastos relacionados diretamente à administração do depósito, estocagem, movimentação e manutenção dos ativos de locação e de revenda, contemplando despesas com EPIs usados nas atividades operacionais (movimentação, estocagem e manutenção), insumos (gás de empilhadeira, gases para solda, compensados, tintas, sarrafos de madeira, dentre outros) e manutenção de máquinas e equipamentos (empilhadeiras, máquinas de solda, hidrojateadoras talhas e ferramentas em geral);
- (v) Provisões para estoques de giro lento e para redução ao valor recuperável; conforme notas explicativas 8 e 12, respectivamente.
- (vi) As despesas com vendas, gerais e administrativas referem-se a despesas correntes, tais como salários, benefícios, viagens, representações dos diversos departamentos, incluindo Comercial, Marketing, Engenharia e departamentos do backoffice administrativo, como RH e Financeiro; além das despesas patrimoniais e diversas filiais (aluguéis, taxas, segurança e conservação e limpeza, principalmente); provisões para contingências e alguns desembolsos de caráter não permanente.

Controladora:

Natureza	31/12/2022			31/12/2021		
	Custos diretos obras e locação	Despesas gerais e administrativas e outras	Total	Custos diretos obras e locação	Despesas gerais e administrativas e outras	Total
Pessoal	(2.838)	1.948	(890)	(2.565)	(1.178)	(3.743)
Terceiros	(522)	(2.081)	(2.603)	(547)	(3.130)	(3.677)
Frete	(1.199)	(71)	(1.270)	(1.329)	(145)	(1.474)
Material construção/manutenção e reparo	(3.886)	(229)	(4.115)	(3.735)	(1.001)	(4.736)
Aluguel de equipamentos e outros	(1.617)	(50)	(1.667)	(10.546)	(280)	(10.826)
Viagem	(185)	-	(185)	(293)	(80)	(373)
Custo das mercadorias vendidas	(13.315)	-	(13.315)	(10.068)	-	(10.068)
Depreciação/Amortização	(1.613)	(381)	(1.994)	(3.386)	(796)	(4.182)
Baixa de ativos	(553)	-	(553)	(512)	-	(512)
Provisões	-	850	850	-	219	219
Participação nos resultados	-	40	40	-	1.002	1.002
Outros	(12)	(3.006)	(3.018)	863	(1.567)	(704)
	<u>(25.740)</u>	<u>(2.980)</u>	<u>(28.720)</u>	<u>(32.118)</u>	<u>(6.956)</u>	<u>(39.074)</u>

Consolidado:

Natureza	31/12/2022			31/12/2021		
	Custos diretos obras e locação	Despesas gerais e administrativas e outras	Total	Custos diretos obras e locação	Despesas gerais e administrativas e outras	Total
Pessoal	(4.530)	289	(4.241)	(2.677)	(1.712)	(4.389)
Terceiros	(522)	(3.047)	(3.569)	(547)	(3.193)	(3.740)
Frete	(1.396)	(76)	(1.472)	(1.364)	(145)	(1.509)
Material construção/manutenção e reparo	(6.867)	(416)	(7.283)	(3.787)	(1.001)	(4.788)
Aluguel de equipamentos e outros	(2.034)	(303)	(2.337)	(10.589)	(331)	(10.920)
Viagem	(866)	(200)	(1.066)	(307)	(83)	(390)
Custo das mercadorias vendidas	(13.829)	(1)	(13.830)	(10.438)	-	(10.438)
Depreciação/Amortização	(14.408)	(2.812)	(17.220)	(3.515)	(1.099)	(4.614)
Baixa de ativos	(962)	-	(962)	(512)	-	(512)
Provisões	-	850	850	-	219	219
Participação nos resultados	-	38	38	-	1.002	1.002
Outros	(41)	(3.365)	(3.406)	848	(1.888)	(1.040)
	<u>(45.455)</u>	<u>(9.043)</u>	<u>(54.498)</u>	<u>(32.888)</u>	<u>(8.231)</u>	<u>(41.119)</u>

## 24. RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Despesas financeiras:				
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(118)	(1.401)	(596)	(1.496)
Variação cambial e monetárias passivas	(1.458)	(3.175)	(1.458)	(3.175)
IOF	(12)	(18)	(123)	(20)
Encargos financeiros sobre arrendamentos	(68)	(319)	(68)	(319)
Comissões e tarifas bancárias	(199)	(706)	(259)	(712)
Outras despesas financeiras	(646)	(922)	(2.880)	(934)
Total - Despesas financeiras	<u>(2.501)</u>	<u>(6.541)</u>	<u>(5.384)</u>	<u>(6.656)</u>

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receitas financeiras:				
Receitas de juros	719	705	729	706
Aplicação financeira	5.700	3.077	5.758	3.101
Descontos obtidos	1	23	3	31
Variação cambial ativa	534	3.041	534	3.041
Ganho com swap	-	783	-	783
Outras receitas financeiras	61	409	61	414
Total – Receitas financeiras	<u>7.015</u>	<u>8.038</u>	<u>7.085</u>	<u>8.076</u>
Resultado Financeiro Líquido	<u>4.514</u>	<u>1.497</u>	<u>1.701</u>	<u>1.420</u>

## 25. PARTES RELACIONADAS

## 25.1. Transações e saldos

Não houve empréstimos entre a Companhia e seus administradores durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021.

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a Companhia não mantinha contratos de prestação de serviços de consultoria com membros do Conselho de Administração.

## 25.2. Transações com partes relacionadas

## Controladora:

Controladora:	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2021
	Contas a receber	Contas a pagar	Contas a receber	Contas a pagar
Empresa				
Mills Locação, Serviços e Logística S.A.	<u>922</u>	<u>280</u>	<u>1.264</u>	<u>826</u>

Empresa	31/12/2022		31/12/2021	
	Receita	Custo	Receita	Custo
Mills Locação, Serviços e Logística S.A.	<u>437</u>	<u>456</u>	<u>1.490</u>	<u>10.870</u>

## Consolidado:

Empresa	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2021
	Contas a receber	Contas a pagar	Contas a receber	Contas a pagar
Mills Locação, Serviços e Logística S.A.	<u>1.041</u>	<u>1.154</u>	<u>1.264</u>	<u>826</u>

Empresa	31/12/2022		31/12/2021	
	Receita	Custo	Receita	Custo
Mills Locação, Serviços e Logística S.A.	<u>732</u>	<u>1.183</u>	<u>1.632</u>	<u>10.870</u>

## 26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

### 26.1. Categoria dos instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros, por categoria, pode ser resumida conforme tabela a seguir:

	Classificação	Nível	Valor contábil Controladora		Valor contábil Consolidado	
			31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
<b>Ativos financeiros</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	1	5.947	73.448	33.772	73.460
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	-	9.274	6.296	27.986	6.931
Contas a receber de partes relacionadas	Custo amortizado	-	922	1.264	1.041	1.264
<b>Passivos financeiros</b>						
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	-	-	-	59.360	989
Debêntures	Custo amortizado	-	-	3.945	-	3.945
Contas a pagar a terceiros	Custo amortizado	-	8.248	6.560	49.694	6.825
Contas a pagar a partes relacionadas	Custo amortizado	-	280	826	1.154	826

### 26.2. Valor justo dos instrumentos financeiros

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

A Companhia aplica CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2 - inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivados de preços).
- Nível 3 - inputs, para ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

### 26.3. Instrumento financeiro ao custo amortizado

Custo amortizado de ativo ou passivo financeiro é a quantia pelo qual o ativo financeiro ou passivo financeiro é medido no reconhecimento inicial menos os reembolsos de capital, quaisquer alterações na amortização ou juros e perdas no valor recuperável.

Os valores justos dos passivos financeiros, considerando como critério de cálculo a metodologia do fluxo de caixa descontado, são substancialmente similares aos respectivos valores contábeis.

## 27. SEGUROS

A Companhia mantém contratos de seguros levando em conta a natureza e o grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas sobre seus ativos e/ou responsabilidades.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
<u>Natureza</u>				
Riscos operacionais	41.203	77.413	259.829	82.256
Danos patrimoniais	18.318	66.992	19.678	68.352
Responsabilidade civil (*)	-	112.000	2.000	114.000

(\*) A Companhia é cossegurada de sua controladora Mills, sendo a cobertura global.

## 28. EVENTOS SUBSEQUENTES

## 28.1. Aumento de Capital

A Companhia deliberou em reunião do Conselho de Administração sobre a aprovação do aumento de capital e entrega de ativos a Mills, nos termos do caput do art.173 da Lei das Sociedades por ações, conforme demonstrado no quadro abaixo:

	Data	Valor	Capital Social
Saldo em 31/12/2022	31/12/2022	-	197.467
Aporte de capital em controlada	27/01/2023	30.000	227.647
Aporte de capital em controlada	27/01/2023	21.000	248.647
Aporte de capital em controlada	28/02/2023	15.000	263.647
Aporte de capital em controlada	02/03/2023	40.000	303.647
Aporte de capital em controlada	06/03/2023	25.000	328.647
Aporte de capital em controlada	16/03/2023	32.000	360.647

## 28.2. Redução de Capital

A Companhia deliberou em reunião do Conselho de Administração sobre a aprovação da redução de capital e entrega de ativos a Mills, nos termos do caput do art.173 da Lei das Sociedades por ações.

Em 17 de março de 2023, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária a redução de capital social da Companhia no valor total de R\$ 34.276, por meio de ativo imobilizado em R\$ 2.293, Estoque em R\$ 9.523 e Contas a receber em R\$ 22.460, passando o capital social dos atuais R\$ 360.647 (trezentos e sessenta milhões, seiscentos e quarenta e sete mil) para R\$ 326.371, sem cancelamento de ações.

### 28.3. Incorporação Triengel Locações e Serviços Ltda.

Em 31 de março de 2023, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária a incorporação da Triengel pela Companhia, sem aumento de capital e sem emissão de novas ações nos termos dos artigos 224, 225 e 227 da Lei n.º 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei n.º 6.404/76"), celebrado entre a Companhia e a Triengel em 31 de março de 2023 ("Protocolo e Justificação"), que estabelece os termos e condições da incorporação da Tecpar pela Mills ("Incorporação"), nos termos da Proposta da Administração.

---